



ARGO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF 24.624.490/0001-65
NIRE 35.300.490.771

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas da ARGO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A. ("Companhia" ou "Argo"), submetemos à apreciação de V. Sas. a presente Proposta da Administração ("Proposta") para as matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária que se realizará no dia 30 de abril de 2018, às 09h30min, na sede social da Companhia, localizada na Rua Tabapuã, 841, 5º andar, cj. 51, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04533-013 ("AGO").

Esta Proposta, em conjunto com os documentos da administração pertinentes, nos termos da legislação aplicável, encontra-se disponível para consulta na sede da Companhia, na página de Relações com Investidores da Companhia (www.argoenergia.com.br) e na página da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br).

Seguem abaixo as informações e documentos da administração relacionados à AGO:

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

A administração da Companhia submete à apreciação dos acionistas da Companhia o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia e Notas Explicativas, acompanhadas do relatório (parecer) dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, que encontram-se disponíveis para consulta na sede da Companhia, na página de Relações com Investidores da Companhia (www.argoenergia.com.br) e na página da CVM (www.cvm.gov.br).

Em conformidade com o artigo 9º, inciso III, da Instrução CVM 481/09, os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, estão disponíveis no Anexo I à presente Proposta.

As Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes encontram-se disponíveis para consulta no site da CVM (www.cvm.gov.br) e na página de Relações com Investidores da Companhia (www.argoenergia.com.br), nos termos da Instrução CVM 481/09.

O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia e Notas Explicativas, acompanhadas do relatório (parecer) dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, foram publicados pela Companhia no Diário Oficial do Estado do Estado de São Paulo, páginas 64 a 67, e no Jornal Monitor Mercantil de São Paulo, páginas 15 e 16, ambos em 29 de março de 2018.



2. Deliberar sobre a proposta de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Considerando que não foram apurados lucros no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, a administração da Companhia propõe a destinação de R\$ 5.598.017,61 (cinco milhões quinhentos e noventa e oito mil e dezessete reais e sessenta e um centavos) para a conta de prejuízos acumulados.

A administração ressalta que, a Companhia está dispensada da apresentação do Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09, nos termos do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/18, item 3.4.2 (b), tendo em vista a apuração de prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

3. Fixar a remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2018.

A administração da Companhia propõe que a remuneração global e anual dos administradores, para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2018, seja no montante total de até R\$ 6.482.942,72 (seis milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, novecentos e quarenta e dois reais e setenta e dois centavos), nos termos do Anexo II à presente Proposta.

4. Aprovar os jornais em que a Companhia realiza suas publicações legais

Submeter à apreciação da acionista da Companhia para determinar, em atendimento ao artigo 289, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, que as publicações legais da Companhia, além do Diário Oficial do Estado de São Paulo, serão veiculadas no Jornal Monitor Mercantil de São Paulo.



ANEXO I

Formulário de Referência - ITEM 10

Em cumprimento ao artigo 9º, inciso III, da Instrução CVM 481/09, a Companhia apresenta abaixo as informações indicadas no item 10 do Formulário de Referência:

10. Comentários dos diretores

As informações financeiras incluídas nesta seção, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2017.

As informações constantes deste item 10 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia disponíveis no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia.

10.1. Os valores constantes nesta seção 10.1 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e 2017.

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Os diretores entendem que a Companhia apresentou, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, condições financeiras e patrimoniais adequadas para desenvolver suas atividades.

Os diretores da Companhia acreditam, por meio de uma análise dos números de seu ativo circulante e de seu passivo circulante, que a Companhia possui um capital de giro que permite que ela tenha liquidez e recursos de capital suficientes para desenvolver as atividades relacionadas ao seu negócio e cobrir sua necessidade de recursos.

Durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, os recursos utilizados pela Companhia foram aportados pelos seus acionistas, totalizando o montante de R\$398.482 mil (R\$ 49.600 em 31 de dezembro de 2016). Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia detinha R\$ 392.072 mil de patrimônio líquido (R\$ 48.890 em 31 de dezembro de 2016) e receita líquida operacional de R\$ 202.705 mil (R\$ 36.095 em 31 de dezembro de 2016).

(b) Estrutura de Capital

A Companhia planeja captar recursos adicionais de seus acionistas, bem como empréstimos e financiamentos junto ao mercado de capitais e instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 392.072 mil (R\$ 48.890 em 31 de dezembro de 2016) e a Companhia não possuía empréstimos e financiamentos.

A tabela a seguir apresenta a estrutura de capital da Companhia no último exercício social:



Estrutura de capital	31/12/2017	31/12/2016
Capital de terceiros (total de empréstimos e financiamentos)	0,00%	0,00%
Capital próprio (patrimônio líquido)	100,00%	100,00%

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria acredita ter plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos ou que serão eventualmente assumidos, sendo certo que ocorrerá a captação de recursos adicionais junto aos seus acionistas para fazer frente ao plano de negócios da Companhia.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Para realizar os investimentos em ativos não-circulantes e no capital de giro, a Companhia se utiliza de recursos próprios.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os Diretores acreditam que a Companhia tem acesso às mais diversificadas fontes de financiamento, tais como mercado de capitais local e internacional, bancos comerciais e de investimento e agências de fomento, que serão ampliadas em caso de deficiências de liquidez.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía contratos de empréstimo ou de financiamento.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía nenhum financiamento contratado.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A Companhia divulga abaixo as principais informações financeiras de suas demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e 2016:



Demonstração de Resultado

	Consolidado			
	31/12/2017		31/12/2016	
RECEITA LÍQUIDA	202.705	100,00%	36.095	100,00%
CUSTO DOS BENS CONSTRUÍDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	(183.393)	-90,47%	(35.036)	-97,07%
LUCRO BRUTO	<u>19.312</u>	9,53%	<u>1.059</u>	2,93%
DESPESAS OPERACIONAIS				
Gerais e administrativas	(24.064)	-11,87%	(2.529)	-7,01%
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	-	0,00%
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>(4.752)</u>	-2,34%	<u>(1.470)</u>	-4,07%
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	2.821	1,39%	472	1,31%
Despesas financeiras	<u>(9.758)</u>	-4,81%	<u>(72)</u>	-0,20%
	(6.937)	-3,42%	400	1,11%
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>(11.689)</u>	-5,77%	<u>(1.070)</u>	-2,96%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Diferidos	3.032	1,50%	360	1,00%
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO/PERÍODO	<u>(8.657)</u>	-4,27%	<u>(710)</u>	-1,97%
PREJUÍZO POR AÇÃO - R\$ (BÁSICO E DILUÍDO)	<u>(0,0553)</u>		<u>(0,0407)</u>	

Lucro bruto

O lucro bruto da Companhia em 31 de dezembro de 2017 é composto pela receita líquida, a qual é composta pela receita de construção no valor de R\$ 202.087 mil (R\$38.607 em 31 de dezembro de 2016); receita de remuneração do ativo financeiro no valor de R\$ 21.279 mil (R\$1.167 em 31 de dezembro de 2016); e o saldo constituído no exercício de PIS e COFINS diferidos no montante de R\$20.661 mil (R\$3.679 em 31 de dezembro de 2016) deduzida pelo custo de construção incorrido de R\$ 183.393 mil (R\$35.036 em 31 de dezembro de 2016).

Despesas operacionais

As despesas operacionais compreendem principalmente os gastos de pessoal que somam R\$15.836 (R\$1.150 em 31 de dezembro de 2016); despesas com assessorias que somam R\$7.225 (R\$816 em 31 de dezembro de 2016) e outras despesas que somam R\$1.003 (R\$0 em 31 de dezembro de 2016).

Prejuízo do período

A Companhia apresentou um prejuízo de R\$8.657 no período encerrado em 31 de dezembro de 2017 (R\$710 em 31 de dezembro de 2016).



Balço Patrimonial do Consolidado

ATIVO	Consolidado			
	31/12/2017		31/12/2016	
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	2.229	0,51%	1.694	3,14%
Títulos e valores mobiliários	151.891	34,72%	8.024	14,86%
Seguros e depósito caução	1.687	0,39%	425	0,79%
Contas a receber - partes relacionadas	717	0,16%	-	0,00%
Outros créditos	757	0,17%	322	0,60%
Total do ativo circulante	<u>157.281</u>	<u>35,95%</u>	<u>10.465</u>	<u>19,37%</u>
NÃO CIRCULANTE				
Seguros e depósito caução	11.174	2,55%	3.414	6,32%
Contas a receber (ativo de concessão)	263.140	60,14%	39.774	73,64%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.473	0,79%	360	0,67%
Investimentos	-	0,00%	-	0,00%
Imobilizado	1.541	0,35%	-	0,00%
Intangível	908	0,21%	-	0,00%
Total do ativo não circulante	<u>280.236</u>	<u>64,05%</u>	<u>43.548</u>	<u>80,63%</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>437.517</u>	<u>100,00%</u>	<u>54.013</u>	<u>100,00%</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	12.692	2,90%	623	1,15%
Obrigações tributárias	466	0,11%	581	1,08%
Encargos sociais e trabalhistas	6.639	1,52%	240	0,44%
Contas a pagar - partes relacionadas	1.227	0,28%	-	0,00%
Total do passivo circulante	<u>21.024</u>	<u>4,81%</u>	<u>1.444</u>	<u>2,67%</u>
NÃO CIRCULANTE				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	81	0,02%	-	0,00%
PIS e COFINS diferidos	24.340	5,56%	3.679	6,81%
Total do passivo não circulante	<u>24.421</u>	<u>5,58%</u>	<u>3.679</u>	<u>6,81%</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	398.482	91,08%	49.600	91,83%
Reservas de capital	2.957	0,68%	-	0,00%
Prejuízos acumulados	(9.367)	-2,14%	(710)	-1,31%
Total do patrimônio líquido	<u>392.072</u>	<u>89,61%</u>	<u>48.890</u>	<u>90,52%</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>437.517</u>	<u>100,00%</u>	<u>54.013</u>	<u>100,00%</u>

Ativo Circulante

Títulos e valores mobiliários

O saldo no montante de R\$ 151.891 mil (R\$ 8.024 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo Santander referenciado DI, referenciado na variação do Certificado de Depósito Interbancário- CDI, com remuneração média de 100,63% do CDI. A carteira do fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

Despesas pagas antecipadamente

A Companhia no decorrer do exercício contratou um seguro garantia que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice e até o valor da garantia e de acordo com as modalidades e coberturas adicionais expressamente contratadas, em razão de participação em licitação, em contrato principal pertinente a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, concessões e permissões no âmbito dos Poderes da União, Estados, do Distrito Federal e dos municípios, ou, ainda as obrigações assumidas em função de: processos administrativos; processos judiciais, inclusive execuções fiscais; parcelamentos administrativos de créditos fiscais, inscritos ou não, em dívida ativa; e regulamentos administrativos. O saldo ainda não amortizado desse contrato é de R\$ 12.861 mil (R\$ 3.839 em 31 de dezembro de 2016).



Ativo não circulante

Ativo Financeiro

A Companhia adota e utiliza para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão as previsões da interpretação ICPC 01 emitida pelo CPC. Esta Interpretação orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas. Conforme o ICPC01, a Companhia se enquadra no modelo em que a Concessão classifica o investimento como ativo financeiro.

O ativo financeiro será constituído a medida que o investimento for ocorrendo. No exercício de 2017, a Companhia possuía saldo de ativo financeiro no valor de R\$ 240.694 mil (R\$38.607 em 31 de dezembro de 2016) e registrou remuneração sobre o referido ativo financeiro no valor de R\$ 22.446 mil (R\$ 1.167 mil em 31 de dezembro de 2016).

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a receita bruta operacional da Companhia foi de R\$ 223.366 mil (R\$ 39.774 em 31 de dezembro de 2016), conforme demonstrada a seguir: (a) R\$ 202.087 mil (R\$ 38.607 em 31 de dezembro de 2016) provenientes de receitas de construção, o que equivale a 80,47% (97,07% em 31 de dezembro de 2016) da receita bruta operacional total; e (b) R\$ 21.279 mil (R\$ 1.167 em 31 de dezembro de 2016), provenientes de receitas da remuneração da concessão, o que equivale a 9,53% (2,93% em 31 de dezembro de 2016) da receita bruta operacional total.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais.

A Diretoria entende que não houve fatores externos que tenham afetado materialmente os resultados da Companhia.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários na categoria B, conforme art. 2º, II, Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários na categoria B, conforme art. 2º, II, Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.



10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve aquisição ou alienação de segmento operacional que tenha causado alterações relevantes em nossas demonstrações financeiras no último exercício social.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A Companhia adquiriu duas companhias que se tornaram suas subsidiárias integrais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, quais sejam: (i) Argo Transmissão de Energia S.A., em 05 de maio de 2016; e (ii) Argo II Transmissão de Energia S.A., em 17 de maio de 2016. Não ocorreram aquisições durante o ano de 2017.

Por meio dessas duas controladas a Companhia exerce as atividades operacionais necessárias para a operação e desenvolvimento das concessões públicas que adquiriu no Leilão 13/2015 da ANEEL.

(c) Eventos ou operações não usuais

Os Diretores informam que não houve, durante o exercício social findo em 31 de dezembro 2017, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas de práticas contábeis durante os exercícios de 2017 e 2016.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicável.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Controladas em fase pré-operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a qual informa que a Companhia e suas controladas foram constituídas durante o exercício de 2016 com o objetivo de participação nos leilões de transmissão de energia e encontram-se em fase pré-operacional.

A controlada Argo Transmissão de Energia S.A. ("Argo I") foi a vencedora do Leilão Público homologado em 7 de junho de 2016, para construir, operar e manter as instalações de transmissão definidas no respectivo contrato de concessão, e a controlada Argo II Transmissão de Energia S.A. ("Argo II") foi a vencedora do Leilão Público homologado em 19 de dezembro de 2016, para construir, operar e manter as instalações de transmissão definidas no respectivo contrato de concessão.



A opinião dos auditores independentes não foi ressalvada em virtude desse assunto.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários na categoria B, conforme art. 2º, II, Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, considerando que não há quaisquer itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, considerando que não há quaisquer itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, considerando que não há quaisquer itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

10.8 - Plano de Negócios

(a). Investimentos:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia possui a concessão do Lote A do Leilão ANEEL nº 13/2015 – 1ª etapa e Lote 18 do Leilão ANEEL nº 13/2015 – 2ª etapa. Os dois projetos envolvem a construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia.



O lote A possui um cronograma de desenvolvimento de 60 meses, conforme informado no Anexo III de seu contrato de concessão (Contrato de Concessão nº 09/2016-ANEEL). Para o desenvolvimento do lote A, foi firmado contrato full EPC com a São Simão Montagens e Serviços de Eletricidade Ltda., atualmente denominada Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. ("Cobra"), empresa subsidiária do Grupo Cobra. Tal contrato define como sendo de responsabilidade integral da Cobra todo o processo de engenharia, compra de equipamentos/materiais e construção do empreendimento com data de referência de abril de 2016. O contrato conta com diversas garantias para assegurar que o empreendimento seja concluído no prazo e custo acordados.

Vale ressaltar que a data de necessidade da infraestrutura do Lote A é janeiro de 2019, definida no contrato de concessão, de modo que a Argo está focada em encurtar o cronograma para antecipar a entrada em operação da linha e o recebimento de receita.

Devido à relevância e criticidade da liberação fundiária e da obtenção de licenças ambientais em projetos de infraestrutura, estes temas estão sob responsabilidade do time da Companhia, auxiliado pelas consultorias especializadas Ecology Brasil e Avalicon Engenharia. Para auxiliar nas interações com a Cobra, a Promon Engenharia foi contratada para prestar serviços de Engenharia do Proprietário.

O lote 18 também possui um cronograma de desenvolvimento de 60 meses. Sua entrada em operação de acordo com o Edital do Leilão ANEEL 13/2015 – 2ª etapa será em fevereiro de 2022. A data de necessidade do lote 18 é janeiro de 2019, a partir da qual é possível auferir receita caso haja infraestrutura disponível. Entretanto, o lote 18 é dependente da disponibilidade de infraestrutura dos lotes 14 e 17, nos termos do Edital do Leilão ANEEL 13/2015 – 2ª etapa, para que possa auferir receitas entre janeiro de 2019 e fevereiro de 2022. Desta forma, há certa limitação na estratégia de antecipação da entrada em operação comercial do lote 18, ao contrário do que ocorre no lote A. Assim como para o Lote A, foi firmado contrato de responsabilidade integral de engenharia e construção com a Cobra. Também foi firmado contrato com a Voith GmbH, a qual será responsável pelo fornecimento dos compensadores síncronos. Tal como no Lote A, a obtenção de licenças ambientais e liberação fundiária (caso necessário) será de responsabilidade da Companhia.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia planeja captar recursos adicionais de seus acionistas em combinação com recursos de terceiros para o desenvolvimento de seu plano de negócios, otimizando, assim, a sua estrutura de capital. A Companhia buscará, portanto, fontes de financiamento, tais como mercado de capitais, bancos comerciais e agências de fomento.

Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía nenhum financiamento contratado.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía desinvestimentos em andamento ou previsto.



(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de outras plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços

Não há novos produtos e serviços e andamento.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há outras informações relevantes e pertinentes a este tópico que não tenham sido divulgadas ao longo do item 10.



**ANEXO II -
Formulário de Referência - ITEM 13 –**

Em cumprimento ao artigo 12 da Instrução CVM 481/09, a Companhia apresenta abaixo as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência:

13. Remuneração dos administradores

13.1 Descrição da política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários na categoria B, conforme art. 2º, II, Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

13.2 Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração total do Exercício Social de 31/12/2016 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0	2,5	0	2,5
Nº de membros remunerados	0	2,5	0	2,5
Remuneração fixa anual	-	-	-	-
Salário ou pró-labore	-	688.000,00	-	688.000,00
Benefícios direto e indireto	-	-	-	-
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-



Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Observações	-	O número total de membros de cada órgão foi apurado da forma prevista no item 10.2.13 (b) do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2017	-	-
Total da remuneração	0,00	688.000,00	0,00	688.000,00

Remuneração total do Exercício Social de 31/12/2017 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	2	3,6	0	5,6
Nº de membros remunerados	0	3,6	0	3,6
Remuneração fixa anual	-	-	-	-
Salário ou pró-labore	-	2.227.150,00	-	2.227.150,00
Benefícios direto e indireto	-	236.409,00	-	236.409,00
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável	-	1.476.196,00	-	1.476.196,00



Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	837.375,90	-	837.375,90
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Observações	-	O número total de membros de cada órgão foi apurado da forma prevista no item 10.2.13 (b) do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2017	-	-
Total da remuneração	0,00	4.777.130,90	0,00	4.777.130,90

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2018 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4	4	0	8
Nº de membros remunerados	0	4	0	4
Remuneração fixa anual	-	-	-	-
Salário ou pró-labore	-	2.832.574,00	-	2.832.574,00
Benefícios direto e indireto	-	358.440,00	-	358.440,00
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-



Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável	-	2.409.625,00	-	2.409.625,00
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	882.303,73	-	882.303,73
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Observações	-	O número total de membros de cada órgão foi apurado da forma prevista no item 10.2.13 (b) do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2018	-	-
Total da remuneração	0,00	6.482.942,72	0,00	6.482.942,72

13.3 Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários na categoria B, conforme art. 2º, II, Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.



13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários na categoria B, conforme art. 2º, II, Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

13.5 Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários na categoria B, conforme art. 2º, II, Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

13.6 Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários na categoria B, conforme art. 2º, II, Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

13.7. Opções correspondes ao número de diretores e conselheiros vinculados ao plano de opções

Exercício 31/12/2016	
número de membros remunerados	0

Exercício 31/12/2017	
número de membros remunerados	0

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliário na categoria B, conforme art. 2º, II, Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

13.9- Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais por órgão

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliário na categoria B, conforme art. 2º, II, Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

13.10 Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliário na categoria B, conforme art. 2º, II, Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

13.11 informações em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal



Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

<i>(Em Reais)</i>	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal		Total	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Controladores Diretos e Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 13 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.